

EMPREENDEDEDORISMO

FEMININO

UM OLHAR PARA O REAL

ORGANIZADORAS
NOEMIA DE MORAIS SANTOS
CARLA ANTLOGA



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Noemia de Moraes Santos
Carla Antloga
(Organizadoras)

Empreendedorismo feminino: um olhar para o real

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

Em55

Empreendedorismo feminino: um olhar para o real. / Noemia de Moraes Santos, Carla Antloga (organizadoras). – Curitiba : CRV, 2022.
274 p.

Bibliografia
ISBN Digital 978-65-251-3668-4
ISBN Físico 978-65-251-3667-7
DOI 10.24824/978652513667.7

1. Empreendedorismo 2. Trabalho – mulheres I. Santos, Noemia de Moraes, org. II. Antloga, Carla, org. III. Título IV. Série.

2022-27336

CDD 658.421
CDU 65.016.7

Índice para catálogo sistemático
1. Empreendedorismo – 658.421

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

2022

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Capítulo 2

O empreendedorismo nos “projetos de vida” do “novo” ensino médio: uma análise exploratória do PNLD 2021

*Cícero Muniz*¹

A década de 1990 marcou um ponto de inflexão e virada na estrutura econômico-produtiva mundial: a crise do modelo fordista, o influxo do crescimento do poder de partidos sociais-democratas, sindicatos e movimentos operários, o surgimento da globalização e da reestruturação produtiva produziram transformações políticas, econômicas, técnicas e tecnológicas que modificaram a estrutura de produção mundial. Em desdobramento, tais transformações oportunizaram uma redefinição dos rumos mundiais através do resgate de uma doutrina que fora concebida em meados do século XX e gestada ao longo desse ínterim: o neoliberalismo.

Entendido enquanto uma nova fase do capitalismo, o neoliberalismo se destaca como um fenômeno polimorfo, dotado de plasticidade e que se plasma em cada realidade histórico-social a partir das transformações macrossociais (mudanças na estrutura e forma dos Estados e demais instituições, modificações nos mercados de trabalho etc.) em conjunção com alterações microsociais (nas representações sociais, nas mentalidades e, principalmente, nas subjetividades dos agentes sociais). A despeito da falta de univocidade acerca de sua caracterização e conceito, há um consenso entre os estudiosos acerca de suas linhas gerais, notadamente no que diz respeito às suas consequências e impactos (Andrade, 2019; Chamayou, 2020; Dardot et al., 2021).

O neoliberalismo proporcionou o substrato político-ideológico e o instrumental econômico que reforçou as transformações pró-capital por essas mudanças. Assim, em paralelo às invenções e aplicações científico-tecnológicas e comunicacionais, ocorreram as transformações institucionais, ideológicas e nas práticas dos agentes sociais. Neste cenário, a educação e a escola não ficaram incólumes. Instituição de “gestão” das escolas, criação de mercados locais de educação, aplicação de lógicas econômicas à pedagogia, reformas “modernizadoras” buscando “eficiência” na escola etc. são manifestações

¹ Universidade de Brasília.

e indicadores da penetração do neoliberalismo no espaço e nas instituições escolares (Laval, 2019).

Visando consolidar o homem flexível e o trabalhador autônomo enquanto ideal pedagógico e generalizar a concorrência em todas as esferas e níveis sociais (Dardot & Laval, 2016; Dardot et al., 2021; Harvey, 2011) é que o “mundo neoliberal” vai promovendo essas alterações e consolidando a escola neoliberal, que é

[...] a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que atinge tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos quanto o próprio vínculo social. À afirmação da plena autonomia dos indivíduos sem amarras. Salvo as que eles próprios reconhecem por vontade própria, correspondem instituições que parecem não ter outra razão de ser que não seja servir a interesses particulares. [...]. (Laval, 2019, p. 17).

Essa “escola neoliberal”, cada vez mais determinada pela inovação e pela formação da força de trabalho, vai sendo constante e paulatinamente modificada em função das mudanças no trabalho, formando agentes sociais cada vez mais dirigidos e determinados pela diretriz da “empregabilidade individual”, em contraposição à formação profissional qualificada para o emprego regulado sob relação salarial e a vida cidadã (Laval, 2019).

Na escola neoliberal, um aspecto importante é a forma como a educação e a escolarização vão promovendo processos de cultivo de subjetividades neoliberais racionalizadoras, imbuídas de cálculo, planejamento, compreensão socioemocional e capacidades cognitivas que expressem um “espírito empreendedor” (Dardot et al., 2021). Essa promoção se dá através tanto dos processos de reformas educacionais quanto da mercadificação do ensino e da escola — promoção essa sempre acompanhada de paulatina aplicação desses mesmos processos (Laval, 2019).

Essas reformas são aplicadas e defendidas sob o argumento de que combateriam o desemprego, as crises econômicas e auxiliariam na melhoria da qualificação da força de trabalho e, por conseguinte, da eficiência produtiva. Assim, por um lado, vai sendo deslindado um contexto de adequação do ensino, do currículo e do perfil da educação nacional à aplicação de lógicas econômicas à pedagogia, movimento mais geral que se assenta em discursos “modernizadores” de busca de “eficiência” na escola, profissionalização e

adequação ao mercado de trabalho, por exemplo; e, por outro lado, através de uma reforma “modernizadora”, como se pretendeu a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), no caso brasileiro. Esse foi um arrazoado, por exemplo, mobilizado no debate em prol da defesa e aprovação desta Reforma, que introduziu, por sua vez, mudanças no currículo e, por consequência, na forma de elaboração e nos tipos e usos de livros didáticos no país (Bodart & Feijó, 2020).

Compreendemos, então, que a análise dessa questão se faz crucial para o entendimento dos objetivos não declarados da reforma, do porquê da produção de materiais didáticos de “projetos de vida” e da forma como a educação pública, através desses elementos anteriores, vai sendo cada vez mais apropriada pela ética neoliberal. Nesta senda, os livros didáticos *Projetos de Vida* se constituem como objetos de investigação pertinentes, pois, *a priori*, parecem não possuir ligação direta com o currículo pedagógico-disciplinar da Base Nacional Curricular comum (BNCC), quando, de fato, representam bem um dos traços da essência da Reforma do Ensino Médio e da conformação da BNCC.

Este trabalho possui como objetivo compreender o discurso e a representação do empreendedorismo nos livros didáticos *Projetos de Vida* do PNLD 2021, e a forma como eles são mobilizados enquanto ferramenta para estimular uma aprendizagem de habilidades e competências. Especificamente, também buscamos a) deslindar a representação cristalizada do fenômeno nas obras; e b) analisar o discurso empregado para a inculcação das práticas empreendedoras nos educandos. Dessa forma, e com base no exposto acima, pretende-se responder a seguinte questão: *como o empreendedorismo é representado e mobilizado como princípio educativo nessas obras?*

Para isso, primeiro, orientaremos nosso raciocínio a partir de uma breve análise da relação entre neoliberalismo e empreendedorismo e sua forma de intrusão na educação e na escola. Em seguida, ponderaremos sobre a relação entre a Reforma do Ensino Médio, empreendedorismo e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir da adoção dos livros didáticos *Projetos de Vida*. Depois, faremos uma análise exploratória de duas obras — *Caminhar e Construir*, de Meller e Campos (2020), e *Projeto de Vida: construindo o futuro*, de Danza e Silva (2020), visando identificar os discursos e as representações acerca do empreendedorismo nessas obras. Por fim, vamos observar os paralelos entre esse cenário social, político, econômico e histórico e a forma como determinadas propostas de projetos de vida acenam a um processo de “autoconstrução de subjetividades empreendedoras” nos alunos de Ensino Médio.

Neoliberalismo, empreendedorismo e mudanças na educação

O neoliberalismo² é uma doutrina político-ideológica e econômica que surgiu no horizonte euro-americano na década de 1940, a partir da colaboração de economistas, filósofos e ideólogos que visavam desenvolver uma teoria que buscasse, por um lado, se opor ao fascismo e ao regime da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, do outro, contrapor a ascensão da social-democracia, do trabalhismo, do keynesianismo e da força política dos sindicatos e operários. Fenômeno complexo e produto de inúmeras variáveis, o neoliberalismo passa a marcar o horizonte das experiências sociais a partir da década de 1980, consolidando-se primeiro no Norte global (Inglaterra, EUA e Alemanha) e depois se espalhando para o Sul global, em especial no Brasil (Anderson, 1995; Chamayou, 2020; Dardot & Laval, 2016; Dardot et al., 2021; Harvey, 2011).

Anderson (1995) indica que o neoliberalismo objetivava a estabilidade monetária como meta maior, através da combinação de disciplina orçamentária (contenção de gastos com bem-estar), restauração e manutenção de uma taxa “natural” de desemprego — que gerasse um contingente de trabalhadores à procura ou sem trabalho, o que minaria a força dos sindicatos — e reformas fiscais. Tudo isso, em conjunto, significaria um estímulo aos agentes econômicos, já que a desestruturação dos níveis de renda, o recuo da proteção social e o firmamento das desigualdades socioeconômicas serviram de alavanca à dinamização das economias.

Harvey (2011) pondera que o neoliberalismo é, primeiramente, uma teoria das práticas político-econômicas. Ela propõe que o bem-estar humano é melhor provido quando o mercado passa a ser a instituição central da vida social e, com isso, libera-se “[...] as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio [...]” (p. 12). Nessa trilha, a liberdade de mercado e comércio antecedem e, por conseguinte, asseguram, as liberdades individuais — estas entendidas enquanto liberdade de empreender, produzir, competir, concorrer e trocar no âmbito do mercado.

Por sua vez, Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para o dado de que o neoliberalismo não é apenas um tipo de ideologia e política econômica. Não excluindo essas dimensões, mas indo mais além, os autores francófonos

2 Não pretendemos aqui entrar na seara acerca da definição de “neoliberalismo”, discutida ao largo da literatura especializada. Concordamos que o conceito é bastante polissêmico e plástico, acompanhando os diferentes olhares e perspectivas teóricas e de análise (Andrade, 2019). E, a partir da finalidade deste trabalho, não cabe uma tentativa de esgotamento da questão. Dessa maneira, optamos por uma definição operacional e que sirva mais enquanto uma chave analítica para a compreensão das mudanças estruturais no trabalho e seu desdobramento nos agentes.

aduzem que o fenômeno institui um sistema normativo pautado na lógica do capital que visa e impacta todas as relações sociais e esferas da vida. Ou seja, ao contrário de uma “visão economicista” predominante até então, o neoliberalismo não se reduz aos processos análogos de reestruturação e rearranjo estatal, globalização econômica, financialização e privatizações, mas implica também um processo que vai redesenhando as gramáticas sociais e os fundamentos normativos e valorativos que dão substrato e orientação às condutas dos agentes sociais, isto é, uma “nova racionalidade”.

Chamayou (2020) aduz, por seu turno, que o neoliberalismo pode ser interpretado enquanto uma matriz de valores e normas que visa a produção e a consolidação de uma governabilidade do capital sob novos termos. Para isso, se faz necessário lançar mão de um autoritarismo combinado a um Estado forte, pois só essa fórmula possibilita a instituição e a naturalização da gramática neoliberal. “Liberdade” então se traduz enquanto liberdade *de e no* mercado, e esta só pode ser assegurada através de um intervencionismo contínuo, lastreado em uma política autoritária, que governe não só os processos e procedimentos do Estado e das instituições sociais, como também introduza à fórceps a lei e a ordem do mercado nas mentes, corações e subjetividades.

Apesar das diferenças, esses autores concordam que o neoliberalismo é um fenômeno desafiador para seus analistas, devido à sua complexidade e capacidade de aprimoramento diante das contradições do real. Não obstante, há uma linha geral de análise no que toca aos seus desdobramentos, implicações e consequências. A partir dessas diferentes análises, podemos observar que, como produto, temos a conformação, em nível superestrutural, do individualismo enquanto matriz geradora e resultado desse deslocamento das fontes valorativas das condutas sociais e suas subjetividades engendradas; e no nível da agência e das consciências sociais, a responsabilidade individual enquanto liberdade ambígua, pois é inculcada nesse nível mais como dever do que direito.

Este último aspecto — nível da agência e das consciências sociais dos agentes sociais — pode ser melhor destacado e observado quando atentamos que a partir do neoliberalismo se engendram processos macro e microsociais de “financialização” de tudo (Harvey, 2011). Na busca de sua subsistência e reprodução social, o agente se vê encurralado num jogo financeiro, no qual ele necessita se remodelar enquanto sujeito no mundo, tornando sua agência interessada e meticulosamente ponderada; inovar em suas práticas e manusear conhecimentos e tecnologias cada vez mais inéditas e de tempo de giro mais rotativos; qualificar-se e adquirir novos conhecimentos etc. Para isso, faz-se necessário investimento. E daí a estratégia financeira muitas vezes mobilizada é o consumo via crédito, que gera o endividamento e a captura de suas necessidades pelo sistema bancário-financeiro, de um lado, ou o consumo via

subsídios sociais de caráter não redistributivo, mas financeiro inclusivo, do outro (Dardot & Laval, 2016; Gago, 2018). Logo, o jogo financeiro de crédito-e-dívida processa uma captura em dois termos: na subsunção a uma lógica racional-financeira do capital de *endividamento-crédito e consumo-e-dívida*.

Desse intrincado concatenar de processos e mecanismos, resulta-se uma subjetividade que é capturada e moldada pelo *ethos* do preço, fazendo um sujeito produtivo calculador, competitivo (no mercado, com outros indivíduos e consigo mesmo) e concorrente, porque ele é, *simultaneamente*, um produto e produtor, no mercado. Aqui se constrói aquilo que Harvey (2011) denomina de “mercadificação”, ou seja, o mercado é instituído pelas forças do capital, em movimentos macroestruturais e, em outros processos concatenados micro-subjetivos, este mesmo mercado é constituído como ética para todas as ações humanas (Chamayou, 2020; Dardot & Laval, 2016).

No que tange à escola, Laval (2019) aponta que esses processos se projetaram tanto de “fora para dentro”, através da captura dos órgãos de gestão e fiscalização do ensino, das mudanças nas diretrizes e formas de financiamento estatal, na determinação de políticas internacionais por órgãos como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros; e de “dentro pra fora”, através da penetração de discursos empresariais favoráveis à livre iniciativa, à captura das subjetividades escolares através da mercadificação do ensino e da introdução de mecanismos de mercados nos espaços escolares, que vão cada vez mais figurando-a como uma “empresa”.

Observando-se o caso nacional, a aplicação do receituário neoliberal ocorre a partir do governo Collor (1990-1992), sob a justificativa de dinamizar e internacionalizar a economia nacional. A seguir, com o governo FHC (1994-1998; 1998-2002), ele se consolida em solo nacional a partir do estabelecimento do Real, do controle da hiperinflação iniciada na década anterior e do projeto de modernização institucional do Estado brasileiro, mediante liberação da economia e privatizações (Saad Filho & Moraes, 2018). Como saldo a esse primeiro momento, as décadas de 1990 e 2000 apresentam um menor crescimento econômico se comparadas aos períodos anteriores, devido à desregulação e flexibilização que foram sendo promovidas sob a justificativa de torná-lo mais maleável ao processo de integração global das economias nacionais. Essas mudanças comprometeram o mercado de trabalho quanto à geração de empregos, resultando em ampliação do desemprego, da precarização das condições de trabalho e dos postos de trabalho informais, o que levou, por sua vez, a uma forte reestruturação do mercado de trabalho nacional (Alves, 2011; Lima, 2010; Pochmann, 2008).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e, depois, de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016, quando sofreu *impeachment*), parecia ter-se instalado um interregno do regime neoliberal no Brasil. Sob um cenário no qual diversos governos de esquerda ou centro-esquerda alçaram-se eleitoralmente ao redor da América Latina, parecia-se ter o quadro político apropriado para o combate ao neoliberalismo no país. Contudo, tão logo instituiu-se o primeiro governo Lula, passou-se à manutenção do tripé de políticas econômicas neoliberais instituído anteriormente, agora combinado e coexistindo com políticas novo-desenvolvimentistas³ (Saad Filho & Moraes, 2018). Dessa forma,

[...] o neoliberalismo impôs restrições adicionais à economia, que entranharam a estagnação e reduziram a possibilidade de acomodar mudanças sociais sem instabilidade política. A liberalização das importações, e a maior integração internacional levaram a economia brasileira a se especializar em uma gama mais restrita de bens relativamente pouco sofisticados. Essas medidas esvaziaram a base industrial, fomentaram a reprimarização e aumentaram a dependência do país e do comércio e investimentos externos, bem como da tecnologia estrangeira. O emprego industrial diminuiu, e a capacidade produtiva caiu em setores importantes, principalmente na indústria de bens de capital. A economia perdeu dinamismo e potencial de criar empregos. Apesar de ter mantido algumas empresas produtivas e financeiras estratégicas, o Estado brasileiro tornou-se menos apto que antes para lidar com os problemas de coordenação, reestruturação, crescimento econômico, criação de empregos e distribuição de renda. (Saad Filho & Moraes, 2018, p. 131).

Em resumo, os autores demonstram que neoliberalismo criou um padrão de emprego centrado em vagas de baixa produtividade, informais, precárias, e em serviços urbanos de baixa remuneração para as mulheres; e, como resultados das políticas públicas no neoliberalismo, temos enquanto saldo alto desemprego, trabalho precário e crescente pobreza relativa/absoluta.

Essas transformações afetam a educação e as escolas, promovendo a sua resignificação. Em consequência, se dão alterações no espaço escolar e nas políticas de formação das(os) futuras(os) trabalhadoras(es), com a implementação de mudanças que geram a *desinstitucionalização*, ou seja, adequabilidade às demandas e a fluidez das respostas, tornando a escola uma produtora de

3 Em sua obra, Saad Filho e Moraes (2018) atribuem esse novo-desenvolvimentismo aos governos do PT, também denominado, por eles, de “neoliberalismo desenvolvimentista”. Perry Anderson (1995), por sua vez, também aponta que foi com os governos da América Latina que se iniciou a variante “neoliberalismo progressista”, através da adoção do receituário neoliberal por partidos e governos de esquerda, e a sua combinação com estratégias desenvolvimentistas.

serviços que se erige no modelo de “empresa educadora”; a *desvalorização*, isto é, a erosão dos fundamentos e finalidades escolares, a hegemonização da eficiência produtiva e da inserção profissional como finalidades absolutas e o imperativo do valor econômico sobre os outros; e *desintegração*, através da introdução de mecanismos de mercado na escola, produzindo o surgimento de uma “concepção consumidora da autonomia individual” em lugar da formação humanista, cultural e cidadã (Laval, 2019).

Em consonância, vai se constituindo e consolidando os substratos valorativos e psicossociais que engendram uma captura das subjetividades existentes anteriormente, e sua reelaboração e conformação a essa nova realidade “incontornável”. Por tabela, o cultivo dessas novas subjetividades, autorresponsáveis, autoexploráveis e afeitas à competição e a concorrência cristalizam a subjetividade neoliberal (Chamayou, 2020; Dardot & Laval, 2016; Dardot et al., 2021; Gago, 2018; Han, 2018; Harvey, 2011).

A forma mais destacada dela se encontra no empreendedorismo. Este é recuperado após os anos 1980 com o surgimento do Neoliberalismo, que promove o resgate da figura do empreendedor e de sua função social. Este seria novamente alçado ao lugar de solução para a crise (econômica, do trabalho, da produção etc.) e, por isso, deveria ser estimulado pelos governos e agentes privados em sociedade. Assim, vai se estabelecendo paulatinamente a disseminação de uma “forma empresarial modelo”, que passaria a ser a regra universal em sociedade, transformando os elementos sociais (especialmente os trabalhadores) em “empresas”, pois são elas os agentes de transformação econômica e produção de riqueza (Chamayou, 2020; Dardot & Laval, 2016; Gago, 2018; Han, 2018).

Nessa trilha, no Brasil, não se desdobraria de maneira distinta. Aqui, o empreendedorismo vai crescendo ao longo desse período, como uma “alternativa” à dificuldade de contratação no mercado de trabalho, à mudança no perfil da força de trabalho ocupada — cada vez menos relações formais e assalariadas e cada vez mais relações de trabalho flexíveis (terceirização, trabalhos temporários, por conta própria etc.) —, ao acréscimo no número de trabalhadores autônomos — que, diante de sua insegurança e precariedade de condições de vida e trabalho vão buscar no empreendedorismo a via possível de inserção social e profissional — e à diversificação nos regimes contratuais do trabalho não-assalariado (Vale et al., 2014; Vasconcellos & Delboni, 2015). Diante disso, temos como resultado um aumento do nível de ocupação no mercado informal e a explosão da abertura de novos negócios no Brasil, sobretudo micro e pequenos negócios e, com isso, o surgimento de empresas sem empregados (Pochmann, 2008). Entretanto, essa migração se baseia, via de regra, em formas de autoemprego e auto exploração, que não permitem o usufruto de direitos assegurados aos trabalhadores assalariados,

o que colocaria esses trabalhadores em uma “zona de precarização” (Vasconcellos & Delboni, 2015).

Dessa forma, essas transformações vão sendo, com o passar do tempo, tratadas como horizonte para as mudanças e reformas, sobretudo do campo educacional. É preciso reformar-se o ensino para que ele dê conta não apenas de esclarecer intelectualmente essas transformações para as(os) futuras(os) trabalhadoras(es), mas, acima de tudo, prepará-las(os) para inserirem-se e atuarem de modo eficiente e eficaz nesse novo arranjo produtivo, a partir das “novas” modalidades de produção e trabalho.

PNLD, Reforma do Ensino Médio e “Projetos de Vida”

As escolhas dos livros didáticos no Brasil seguem as normatizações propostas pelo Ministério da Educação e suas secretarias (notadamente a Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação). Essas normatizações versam sobre o caráter da produção do livro didático, bem como sua pertinência e adequação aos objetivos pedagógicos propostos de forma global ao ensino no país. Nesse escopo é que é instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴.

Como política pública, o PNLD existe desde 1985. Contudo, suas origens remontam ao ano de 1938, com Decreto-lei 1.006 (Comissão Nacional do Livro Didático), que instituiu a relação entre Estado e livro didático. O Programa tem como objetivo “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. [...]”. O PNLD é executado em ciclos de trienais, para os seguintes segmentos: a) anos iniciais do ensino fundamental; b) anos finais do ensino fundamental e c) ensino médio. Seu financiamento se dá pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Cabe ressaltar que o Programa abrange todas as escolas federais, bem como os sistemas de ensino estaduais e municipais e do Distrito Federal⁵.

O PNLD seleciona os livros didáticos que serão utilizados no triênio a partir da seguinte logística: 1) há a abertura do edital, pela Secretaria de Educação Básica do MEC. É neste momento que se inicia o processo de escolha; 2) as editoras, então, submetem suas obras para apreciação; 3) em seguida, há a avaliação das obras por pareceristas (consultores *ad hoc*) e pelo Instituto de Pesquisas Técnicas (IPT), onde são selecionadas as obras que virão a compor

4 Para essas e outras informações, consultar o Portal do MEC: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391option=com_contentview=article. Acesso em: 2 jun. 2021, às 8h.

5 A única exceção, nessa linha, é o Estado de São Paulo, que não participa do Programa por possuir um programa de escolha do livro didático próprio. Para mais informações, visitar o site do FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>. Acesso em: 2 jun. 2021, às 13h.

o futuro Guia; 4) em seguida, dá-se a publicação do Guia do Livro Didático, tanto em forma impressa quanto digital, disponibilizado na internet. Ele contém informações sobre o processo de escolha, sobre os livros escolhidos e ficha de avaliação, além de resenhas dos livros selecionados pelos consultores; 5) ocorre então o encaminhamento e divulgação do Guia nas escolas de todo país; e, por fim, 6) há as escolhas dos livros de cada área disciplinar, de acordo com o PPP (e currículos) exercidos nas unidades escolares.

Com a aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017 — primeiro como Medida Provisória nº 746/2016 e depois como Lei nº 13.415/2017, ambas sem amplo debate com a sociedade —, houve a modificação dessa estrutura, devido às mudanças no ensino médio — especialmente seu currículo, que influi na forma de confecção e escolha dos livros didáticos (Bodart & Feijó, 2020).

Quanto a isso, destaca-se os seguintes pontos: 1) a modificação da estrutura por campo disciplinar para “áreas do conhecimento”; 2) a instituição da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; 3) a flexibilização do estatuto disciplinar da Sociologia, Filosofia, Arte e Educação Física, que passam a ser denominadas de “estudos e práticas”; 4) a determinação da Base Nacional Comum Curricular; e 5) a instituição do “projeto de vida” como componente do currículo (Lei nº 13.415, 2017). Neste último ponto, cabe destacar o que aduz a lei: “§7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para **sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.**” (Lei nº 13.415, 2017) (Grifos nossos).

Concatenadas, essas “inovações” trouxeram uma mudança na elaboração e produção dos livros didáticos. Se antes da aprovação da Reforma nós tínhamos a produção de livros escolares por área disciplinar para a educação básica, após ela houve uma mudança que se clarificou com o lançamento do Edital PNLD 2021⁶: uma readequação dos livros didáticos, de um “modelo” disciplinarmente dividido para outro composto em função das áreas de conhecimento e suas tecnologias (Bodart & Feijó, 2020) e uma diversificação dos livros didáticos que são publicadas no escopo do programa: a adição dos “projetos de vida” e dos “projetos integradores”. Essas obras visam estratégias diferentes, mas com um objetivo comum, que é a adequação a uma espécie de “pedagogia das competências e habilidades” (Laval, 2019), em seu caráter mais tecnicista, só que sob nova roupagem. Inspirado no paradigma das competências subjetivas neoliberais, essas obras intentam cultivar um novo perfil de educando — e, posteriormente, trabalhador(a).

6 Para maiores detalhes, ver: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Enquanto os “projetos integradores” visam ao processo de concatenação do saber científico-pedagógico disciplinar em prol de temas supostamente aglutinadores do saber — diluindo assim a importância e o aprofundamento disciplinar no currículo praticado, os “projetos de vida” buscam desempenhar práticas e formas de consciência que cultivem um perfil de aluno egresso mais interligado às atuais condições da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho — a saber, de desagregação do mercado de trabalho formal, aumento do desemprego e a “solução” do empreendedorismo.

É sobretudo esse segundo tipo que nos chama atenção, pois a efetivação do “projeto de vida” não apenas em nível de princípio, mas também como dispositivo da Reforma, na forma de componentes curriculares e materiais didáticos, representa a explicitação do fulcro da principal motivação e objetivo da Lei nº 13.415/2017: a operacionalização da Teoria do Capital Humano por meio da naturalização da pedagogia de habilidades e competências (Bodart & Feijó, 2020; Dardot & Laval, 2016; Dardot et al., 2021; Laval, 2019). Não à toa, ao nosso ver, a construção da ideia de “projeto de vida” vir à lume pautada no léxico neoliberal de propósito, eficiência, projeto, sucesso etc. que se substancia tão bem na noção de empreendedor e empreendedorismo.

Imagens e representações do empreendedorismo nos livros “Projetos de Vida”

A partir do que foi definido nas seções anteriores, nesta seção iremos nos aprofundar nos discursos e representações sobre “empreendedorismo” presentes nos livros didáticos de “projetos de vida”.

Para tanto, os procedimentos metodológicos foram estabelecidos da seguinte forma: primeiro, a seleção dentre os livros aprovados pelo PNLD 2021. Dos 24 livros selecionados, compomos uma amostra de dois livros, de acordo com o critério de que esses apresentaram capítulos e/ou seções próprios e explícitas sobre “empreendedorismo”, além da acessibilidade ao autor⁷; Em seguida, utilizando-se a análise de conteúdo, identificou-se as visões/abordagens que essas obras possuíam sobre o empreendedorismo, colhendo citações que representassem os discursos e as representações do fenômeno, destacando a construção deles e o direcionamento ideológico, a nível do discurso e conteúdo. Por fim, através da decomposição e exposição

7 Frisamos que a escolha também se deveu a uma questão de acesso: devido à pandemia de covid-19, ao tempo exíguo para acesso através da plataforma do Simec e a impossibilidade de apreciação de cópias físicas das obras, como nas edições anteriores do programa. Tivemos, ainda, dificuldade em apreciar todas as obras listadas no Guia do PNLD 21, pois este se resumiu a um guia sumarizado das obras, o que dificultou o processo de identificação e seleção das obras pertinentes para esta análise. Dessa forma, conseguiu-se apenas avaliar cinco (05) obras do total de aprovadas.

de enxertos do discurso, objetivou-se a análise do material selecionado. Para tanto, lançamos mão da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009) combinada à Análise do Discurso (Orlandi, 2007).

Nesse escopo, a análise de conteúdo foi mobilizada com a finalidade de analisarmos os enunciados dos discursos presentes nos livros didáticos, bem como o seu encadeamento, com vistas a descrever os conteúdos das mensagens que serão analisadas *a posteriori* (Bardin, 2009). A análise do discurso, por sua vez, tem por objetivo permitir a reflexão sobre a forma como a linguagem está materializada na ideologia, e como esta se manifesta (Orlandi, 2007) no discurso e nas narrativas encontradas nos livros didáticos. Para isso, mobilizaremos os conceitos de “empreendedorismo”, “negócio” e/ou “projeto”; e para operacionalizarmos essas análises, buscando revelar “o dito em relação ao não dito”, “o que o sujeito diz em um lugar como o que é dito em outro lugar” e “o que é dito de um modo com o que é dito de outro modo” (Orlandi, 2007). Cabe destacar que, com a utilização da análise do discurso, não buscamos um “sentido verdadeiro” a respeito da discussão, mas, sim, destacar o real sentido que o conceito assume nas publicações investigadas.

No que diz respeito ao escopo deste artigo, dentre o total de livros didáticos de projeto de vida aprovados, destacamos dois deles por apresentarem, de forma mais acabada, capítulos que abordassem o tema, a saber: *Caminhar e Construir*, de Meller e Campos (2020), e *Projeto de Vida: construindo o futuro*, de Danza e Silva (2020).

Meller e Campos (2020) trazem uma obra focada no processo de autoconhecimento e autocompreensão para a **construção do si** do aluno. Isso se destaca através de um forte tom psicologizante de aconselhamento e orientação à lá *coaching*. Já em sua apresentação esse ponto se destaca: “Você tem em mãos um livro elaborado para lhe ajudar a refletir sobre quem é você, o que você deseja para sua vida atual e futura e como concretizar seus objetivos.” (p. 3).

A obra está organizada em três módulos, cada qual dotado de uma temática específica: autoconhecimento, contato e convivência com as pessoas e relações no mundo do trabalho. Por sua vez, cada módulo se subdivide em quatro seções, denominadas “percursos”. No primeiro módulo, o eixo transversal é o processo de autoconhecimento e autocompreensão, enquanto paralelos, mas concatenados, visando à autopercepção de seus aspectos cognitivos e socioemocionais, tanto intra quanto interindividuais. No segundo módulo, a discussão se desloca para o plano da cultura e dos valores. Assim, uma vez autocompreendido, o estudante em vias de construção de seu projeto de vida pode referenciá-lo às esferas mais gerais da sociedade, dotando-lhe de propósito e finalidade a partir de suas decisões. Por fim, no terceiro módulo, há a apresentação da fonte dotadora de sentido e finalidade: o trabalho. É nessa parte que aflora com mais corpo e nitidez a questão do empreendedorismo.

O “trabalho” é apresentado como o eixo estruturador, se interconectando com outras dimensões como a identidade, a formação profissional, as transformações produtivas e organizacionais e a necessidade de planejamento para o trabalho através da autocompreensão. Frisa-se que o eixo que alinhava os elementos ao eixo são as habilidades, atitudes e valores, as escolhas e a ação de empreender.

No percurso 9, tema 1, o trabalho é duplamente identificado como fonte de sentido diretivo e/ou passatempo. A qualificação positiva do trabalho desenvolvido virá com a constituição de propósito para as atividades laborativas:

Um ponto importante para considerarmos em relação ao trabalho como elemento que constitui nossa identidade é a questão do seu propósito. Se pensarmos que o trabalho é o impacto que produzimos sobre o mundo por meio de nossas ações, cabe pensarmos em como cada um de nós quer impactar o mundo. Em outras palavras, é preciso saber claramente quais são os propósitos e as motivações por trás das nossas escolhas e opções. Assim, pensar em uma escolha profissional ou em um projeto de vida envolve pensar nos fenômenos do mundo aos quais queremos nos dedicar. (Meller & Campos, 2020, p. 149).

O mundo do trabalho é um espaço acessível através da construção de um projeto dotado de propósitos e interesses. Logo, se você não está imbuído desse propósito, ou o mundo do trabalho tem seu acesso dificultado a você ou a sua inserção nele será dessignificada e deslocada, devido à ausência de motivação para se sustentar o seu constante engajamento. Portanto, a responsabilidade pelo (in)sucesso no acesso ao mundo do trabalho é individualizado a cada agente social, cabendo apenas aos seus capitais (habilidades e competências, sejam elas físicas, intelectuais e emocionais) e à sua capacidade de racionalizar (planejar em minúcias seu projeto de vida) essa decisão. Aqui, destacamos três elementos estruturantes do neoliberalismo atuando como dispositivos estruturadores: a individualização, a autorresponsabilização e o governo de si mesmo (Dardot & Laval, 2016; Dardot et al., 2021; Chamayou, 2020; Laval, 2019; Han, 2018).

Quanto ao mercado de trabalho, os autores apresentam diversas formas de inserção nele: trabalhador de empresa privada, dono de próprio negócio, trabalho em ONG e trabalho em cooperativa. Apresentando um breve perfil de cada uma das inserções, Meller e Campos trazem as principais características e atividades produtivas desenvolvidas em cada uma dessas inserções. O que chama atenção de pronto é a colocação da abertura de negócio próprio no rol das demais atividades de trabalho reguladas ou não reguladas. Vejamos o que dizem os autores:

Tornar-se proprietário de uma pequena empresa é o desejo de vários brasileiros atualmente. **Em muitos casos, esse desejo de empreender é uma alternativa que as pessoas encontram para sanar a falta de emprego no país. Assumir o projeto de montar um negócio próprio implica uma série de responsabilidades e necessidades, que devem ser ponderadas e planejadas.**

Abrir um negócio pode ser algo menos complexo, que envolve apenas a mão de obra do proprietário, como a prestação de alguns tipos de serviço, ou ser algo mais elaborado, que necessita de mais estrutura física, contratação de funcionários etc. Seja como for, os empreendedores precisam lidar com a gestão do negócio e a preocupação com a estabilidade. **Diferentemente de quando você é empregado e tem um salário fixo todo mês, como dono de seu negócio você assume os riscos de administrar pessoas, processos, suas próprias despesas e lucros.** (Meller & Campos, 2020, p. 154, grifos nossos).

Comparado com as demais formas apresentadas, observa-se uma maior qualificação positiva da inserção via abertura do próprio negócio, sobretudo porque ela representaria um desafio que motivaria a pessoa que escolheu essa inserção a prosperar. Ademais, essa qualificação positiva perpassa o esclarecimento e a assunção, por parte do estudante que está construindo seu projeto de vida, de que empreender é a única alternativa ao desemprego, mas com a implicação de que a responsabilidade e os riscos correlatos não são dispensáveis e que estão incluídos no processo, pois são cruciais para o empreendimento. Ou seja, há uma escolha, mas que implica compulsoriedades.

Um ponto a se destacar é que nesse campo do “próprio negócio” os autores trazem ao leitor outras formas possíveis de empresas, como o Microempreendedorismo Individual⁸:

Você já ouviu falar em MEI? Sabe o que é? É a sigla para Microempreendedor Individual. Essa é uma forma para quem trabalha por conta própria regularizar sua situação perante o governo, podendo emitir notas fiscais (o que é necessário para receber pagamentos por serviços prestados para empresas ou para o setor público) e, ao mesmo tempo, passar a ter direito aos benefícios do INSS, como aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade. Também tem sido comum muitas empresas fazerem contratos com profissionais constituídos como MEI, evitando registrá-los dentro das normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por um lado, isso diminui os custos para a empresa; por outro, deixa os trabalhadores em

8 O Microempreendedor Individual é uma modalidade de “empreendedorismo” que permite a profissionais desenvolverem suas ocupações e/ou atividades sob a forma de uma “empresa individual”: uma figura jurídica de uma pessoa sem sócios e/ou não possuir outras sociedades, que não pode abrir filiais, que tenha uma renda anual não superior a 81 mil reais. Sobre o assunto, ver Campanha et al. (2017).

uma situação de direitos trabalhistas reduzidos ou precarizados. (Meller & Campos, 2020, p. 154).

Aqui, começamos a observar uma tentativa de equilíbrio na qualificação das formas de inserção no mercado de trabalho via empreendimentos. Apesar de destacar a autonomia e o controle que o MEI possui sobre seu próprio trabalho, mais algumas garantias legais de proteção e seguridade social, os autores começam a trazer elementos de ponderação a essa forma de inserção, ao destacar a sua utilização como uma forma de burla à fiscalização e registro do trabalho, além da fragilização das garantias legais e sociais de segurança e reprodução pela precarização decorrente da sua aplicação.

Mais adiante, após pontuar a influência cada vez mais determinante da tecnologia nas transformações econômicas e no mundo do trabalho, que levam a uma mudança na qualificação (de técnica para cognitiva/socioemocional), Meller e Campos (2020) traçam os limites e as intersecções entre a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, as formas de emprego e os negócios das empresas.

Com a flexibilização da lei, o trabalhador registrado em carteira, que conta com todas as garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas e adaptada ao longo dos anos, passa a ser substituído, em muitos setores, por colaboradores, consultores, parceiros. Na prática, isso significa a **terceirização** da economia, a contratação de outras “empresas”, ou melhor, de pessoas que possuem registro como empresa, em substituição aos funcionários contratados pelo regime de trabalho previsto pela CLT. Em certo sentido, o trabalhador passa a ser dono do próprio negócio e estabelece contrato com outras empresas às quais presta serviço. Entretanto, nessa relação, que não é regida pela CLT, ele deixa de contar com os mecanismos de proteção previstos na legislação que regula a relação empregador-empregado. Esse fenômeno ficou conhecido como **pejotização**, no qual os trabalhadores passam a ser empresários, a ser proprietários de uma empresa, que é uma pessoa jurídica (PJ), e responsáveis por ela. Assim, começam a utilizar mais o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa nos contratos de trabalho do que seu Cadastro de Pessoa Física (CPF). (Meller & Campos, 2020, p. 179, grifos dos autores).

Nota-se nessa passagem uma abordagem mais ponderada sobre causas e efeitos das formas de inserção no mercado de trabalho, com um tom implícito de crítica ao processo de pejotização. Aqui, essa tomada de empresarialidade ocorre devido à desconstrução do trabalho regulado e dotado de legislação e segurança, de um lado, e à precarização, do outro. Ou seja, muitas vezes,

“[...] a contratação de outras “empresas”, ou melhor, de pessoas que possuem registro como empresa [...]” significa, na verdade, um processo de precarização via empresarialidade (Silva, 2018).

Adentrando especificamente sobre o empreendedorismo e seus significados, o Tema 3 do Percurso 11 irá nos trazer uma definição operacional do que é empreendedorismo, relacionando-o com o mercado de trabalho e a construção do projeto de vida:

Empreender é um verbo da língua portuguesa que significa decidir e tentar realizar algo, geralmente desafiador, difícil, trabalhoso, como uma jornada, uma travessia arriscada, uma longa viagem, uma tarefa complexa.

O substantivo **empreendedorismo** é uma palavra bastante usada nos últimos anos, em diferentes situações e contextos, para se referir, de modo geral, às ações relacionadas ao mundo dos negócios. Trata-se, portanto, de um conceito que envolve montar e gerir uma atividade (um negócio, uma empresa) e exige algumas competências, ou perfil, de quem está disposto a seguir por esse caminho. É uma ação que requer um certo espírito de aventura, coragem, vontade. Mas não só isso. Também implica definir objetivos e metas; elaborar projetos e planos; ter capacidade para realizá-los; estudar o cenário para identificar oportunidades; saber o que fazer, como e aonde se quer chegar.

O empreendedorismo tem sido bastante valorizado e visto como uma saída para os novos tempos, caracterizados pela precarização do trabalho e redução da oferta de emprego. É também estimulado pelos governos pelo seu potencial de geração de trabalho, emprego, renda e impostos. Ao empreender, toda uma cadeia de valor é posta em marcha. São firmados contratos de aluguel ou compra e venda de imóveis e acionados profissionais especializados (contadores, advogados, técnicos, arquitetos etc.), consultores e prestadores de serviços de variadas áreas, fornecedores, indústrias etc. Além da possibilidade de contratar pessoas e, assim, gerar emprego e renda. Esse discurso tem atraído muita gente por diferentes razões. Uma delas é a ideia da aventura, de vencer um desafio e ser recompensado por sua coragem, destreza e mérito (que tem relação com a meritocracia, a recompensa de quem se esforçou, estudou e trabalhou duro para conquistar algo). Há também a ideia de ter seu próprio negócio, sem patrão, com liberdade para decidir como fazer as coisas. (Meller & Campos, 2020, p. 183, grifos dos autores).

Aqui vemos os autores deslindarem uma compreensão mais arrazoada e explícita de empreendedorismo, que leva em consideração o nível individual (cognição, capacidades socioemocionais e agência) e o nível organizacional (planejar e executar um negócio). Novamente, há uma carga grande na capacidade individual, pois o estudante, dotado de certas “competências e

habilidades”, seria capaz de superar as adversidades do mercado de trabalho, mediante o cálculo e o planejamento das ações (Dardot & Laval, 2016; Laval, 2019). Frisamos que Meller e Campos (2020) apresentam aqui uma visão otimista, senão romantizada, do empreendedorismo, sobretudo ao destacar que ele seria a forma de superação do desemprego e da oferta de trabalho. Na verdade, como mostram pesquisas recentes (Assunção, 2008; Dardot & Laval, 2016; Lima, 2010; Santos, 2018; Vasconcellos & Delboni, 2015), o discurso e as formas de empreendedorismo e empresarialidade, sobretudo nos estratos mais baixos de capital e da sociedade, na verdade mascaram os efeitos das políticas neoliberais de corrosão do estatuto do trabalho regulado, da seguridade e previdências sociais sob a forma de autoemprego, trabalho por conta própria e/ou informal, que, a despeito de sua mistificação de “liberdade”, “autonomia” e afins, traz em seu âmago, na verdade, a empresarialidade como desdobramento do desemprego, do desamparo estatal e da precarização que impele à sobrevivência, nem que seja “se virando por conta própria”.

Mais à frente, ainda na mesma página, os autores relacionam empreendedorismo e desemprego, ao trazer o primeiro como uma saída ao segundo. Segundo eles, “[o] empreendedorismo também tem sido uma saída para aqueles que desistiram de procurar emprego e decidiram agir por si mesmos. [...]” (Meller & Campos, 2020, p. 183). Ou seja, aqui se clarifica a representação de que o empreendedorismo vem sendo tomado pelas sociedades sob o neoliberalismo como **a única** alternativa ao desemprego, muitas vezes se configurando como uma “política de ativação do mercado de trabalho” (Silva, 2018).

Se aprofundando na ideia de empreendedorismo, os autores trazem adiante a sua relação com a crise e com o trabalho informal. Quanto ao primeiro, atestam os autores que “[m]uitas pessoas que decidem empreender não são mobilizadas pela visão de uma oportunidade de negócio ou vocação empreendedora, mas pela necessidade, o que tem sido descrito como ‘empreendedorismo por desespero’” (Meller & Campos, 2020, p. 185). Aqui, compreendemos que se a crise oportuniza o desenvolvimento de novos negócios, como o discurso empresarial sempre enfatiza, nem sempre esses negócios são “empreendedorismo por oportunidade”, mas, sim, muitas vezes, “empreendedorismo por necessidade” (Vale et al., 2014) — como o caso dos ambulantes retratados, tendo em vista o agravamento da situação econômico-social, a ausência de um emprego estável, regulado e dotado de proteção social. Quanto ao segundo, os autores deslindam uma relação que muitas vezes se confunde.

Uma prática adotada como complementação de renda e associada, em certa medida, ao “tino comercial” e ao senso de oportunidade, características do empreendedor, é a adesão ao sistema de uma grande empresa como

revendedor direto de seus produtos, como ocorre no ramo de cosméticos, por exemplo. Em muitos casos, são pessoas que se valem de seus empregos fixos e rede de contatos para oferecer produtos geralmente por meio de catálogos que são exibidos aos clientes, que selecionam e encomendam o que querem.

Na maior parte desses casos, os revendedores, em grande maioria mulheres, assumem os riscos da inadimplência. Eles também se arriscam ao investirem na formação de estoques de produtos com pouca saída, em resposta a estratégias de incentivo das empresas que vendem esses produtos aos revendedores, como oferecimento de bônus, promoção, prêmios. É um trabalho informal, sem nenhum contrato ou formalização de parceria comercial (o revendedor não precisa ter uma empresa constituída para firmar contrato de prestação de serviço). Esse tipo de emprego informal [sic] pode fornecer renda complementar, ou até mesmo ser fonte exclusiva de renda das pessoas, mas, de modo geral, o grande beneficiário é o fornecedor dos produtos, por contar com um exército de vendedores não contratados e, assim, ter um custo muito mais baixo. (Meller & Campos, 2020, p. 186).

Assim, na citação destacada, percebemos que o trabalho informal compartilha de muitos aspectos e qualidades do empreendedorismo, com a diferença de que nem sempre ele é a principal atividade remunerada da pessoa (“complementação de renda”), nem circunscrito à forma empresa ou, ainda, dotado de propósito e planejamento. Ademais, isso não significa que não há porosidade entre o trabalho informal e o empreendedorismo, já que ambos requerem “tino comercial”, “senso de oportunidade” e “assumir riscos”. Essa ambivalência e fluidez nas fronteiras que delimitariam uma forma de inserção da outra traz a compreensão de que, na realidade brasileira, há um entrecruzamento, quando não uma sobreposição, entre o discurso de empreendedorismo e o trabalho informal (Lima, 2010).

Por fim, Meller e Campos (2020) enfocam na influência que a tecnologia e a informática, através da programação, trouxeram aos negócios (*startups*) e ao mercado de trabalho (escassez do emprego regulado e mudanças ocupacionais). A saída seria o planejamento e o desenvolvimento, por exemplo, das seguintes “competências e habilidades”: “[...] [a] flexibilidade, a capacidade de reinventar-se, o aprendizado contínuo e a criatividade [...]” (p. 190), como uma estratégia de adaptação e resposta constantes às modificações impelidas pela mudança do quadro social, econômico e tecnológico. Ou seja, o deslindar de um projeto de vida que habilite o agente social à constante identificação e implementação de oportunidades de negócio.

Por seu turno, Danza e Silva (2020) apresentam também uma obra focada no processo de autoconhecimento, escolhas pessoais/profissionais e a tomada

de decisão, visando ao planejamento e à transformação de si mesmo dos leitores-alunos. Tal qual Meller e Campos (2020), aqui também se destaca uma abordagem mais subjetivista, calcada no tom psicologizante de aconselhamento e orientação à lá *coaching*. A diferença entre as obras parece residir na forma de enquadramento da construção do projeto de vida: enquanto Meller e Campos (2020) contrastam as mudanças externas ao indivíduo e sua necessidade planejamento, autocompreensão e autoconstrução de propósito produtivo, Danza e Silva (2020) nos parecem realizar um caminho diferente, ao demonstrar como essa autoconstrução do projeto de vida se desdobra em oportunidades e atividades produtivas.

A obra está organizada em três partes, cada qual dotada com seis seções (rotuladas de “blocos”). Na primeira parte, o eixo transversal é o processo de autoconhecimento e sua relação com as relações de intimidade e os desejos/aspirações individuais. Na segunda parte, a discussão caminha para o plano da dimensão interpessoal, envolvendo os sentimentos, as escolhas individuais e a construção do protagonismo. Por fim, na terceira parte, a identidade é entrelaçada com os desejos e aspirações profissionais e a busca de realizações. A nossa discussão se apresenta de forma mais estruturada e identificável na Parte 2 da obra.

Nesta seção, há a identificação de que o percurso da vida só é possível de sentido se houver um planejamento. Este não deve ser rígido, mas, ao contrário, flexível, passível de “recalibragem” e “recálculo”. A flexibilidade aqui aparece como uma característica transversal ao bom projeto de vida, pois permite a sua abertura à mudança e criatividade (i. é a adaptabilidade) necessárias à plasticidade de finalidade e oportunidades de realização de desejos, interesses e/ou aspirações. Assim, “[p]lanejamento e flexibilidade devem caminhar de mãos dadas rumo à construção do projeto de vida, ajudando você a prever possíveis desafios em sua trajetória e a criar desvios de percurso que permitam sua realização” (Danza & Silva, 2020, p. 119). É ainda nesta seção que o debate sobre empreendedorismo será apresentado. Em par com a ideia de “inovação”, os autores dizem que

[e]mpreendedorismo e inovação são dois termos de destaque nos últimos anos, tanto no âmbito educacional quanto no empresarial. A percepção de que falta criatividade para encontrar soluções para os problemas cotidianos e globais, bem como para trilhar novos caminhos diante dos desafios e imprevistos, conferiu importância a esses conceitos, que acabaram se tornando requisitos no mercado de trabalho. Que tal um olhar crítico sobre eles?

Inovar é criar algo que não existe ou transformar algo já existente, com a finalidade de trazer melhorias para pessoas, organizações e sociedade em geral. Para que possa ser considerado inovador, um produto precisa

apresentar melhorias significativas. Porém, nem tudo o que é novo é uma inovação. Um exemplo disso são os produtos tecnológicos que se tornam rapidamente ultrapassados por causa da obsolescência programada.

Já empreender é a união de tomadas de iniciativa, (re)organizações de mecanismos sociais e econômicos e aceitação de riscos. Então, apesar de o termo estar comumente associado à criação de empresas ou produtos, trata-se de uma ação vinculada a outras áreas, como a social. Assim, o **empreendedorismo social** é uma forma de trazer benefícios e transformações sociais, sem necessariamente visar ao lucro, embora também possa gerá-lo aos fundadores. (Danza & Silva, 2020, p. 121, grifos dos autores).

“Empreendedorismo” e “inovação” aparecem aqui como pares associados que visam, quando mobilizados pelos seus agentes possuidores, desenvolver modificações no ambiente social, isto é, elaborar novos produtos que possam atender às necessidades e desejos dos demais agentes, sendo, de preferência, artefatos capazes de serem encaixados e mobilizados em prol da produção.

Ao final da seção, o tema empreendedorismo retorna de modo mais destacado, através da proposta de “vivência coletiva” sobre “Feira de empreendedorismo e inovação”. Aqui, se articula de maneira mais clara a forma como o planejamento e as escolhas individuais podem ser mobilizadas em prol da transformação pessoal e interpessoal. Mais especificamente, na forma como determinados percursos formativos podem propiciar inserções no mercado de trabalho. A proposta se assenta sob a seguinte ideia:

[o] empreendedorismo é uma iniciativa de realização de ideias inovadoras voltadas à solução de demandas ou problemas no âmbito social ou do mercado.

No **Bloco 5 da Parte 2**, você e os colegas elaboraram um plano de negócios, em que propuseram a criação de um produto ou serviço buscando atender aos critérios de inovação, interesse social e viabilidade. É chegada a hora de elaborar e apresentar um plano de negócios a partir de demandas reais da comunidade escolar na **Feira de empreendedorismo e inovação**. A proposta desta vivência é reservar um momento para ouvir as pessoas da comunidade, quais são seus desejos e necessidades, e usar seus conhecimentos para propor possíveis empreendimentos em uma feira de empreendedorismo onde, distribuídos em diferentes estandes, grupos apresentam produtos ou serviços à comunidade, que vai avaliar as propostas e opinar sobre elas. (Danza & Silva, 2020, p. 135, grifos dos autores).

A seguir, os autores descrevem a forma como a proposta deverá ser montada e executada. Observamos aqui a aplicação de uma “aprendizagem por projetos” que visa à inculcação de um conjunto de disposições (“competências e habilidades”) que permitam a conformação subjetivo-psíquica e atitudinal

de sujeitos que constantemente calculem racionalmente as informações ao seu redor para prospectar desejos e necessidades dos outros, e traduzi-los em mercadorias, serviços e/ou negócios (Dardot & Laval, 2016; Laval, 2019).

Assim, Danza e Silva (2020) trazem o conceito de empreendedorismo muito mais diluído em relação a Meller e Campos (2020). Para eles, a ideia surge menos como uma determinante externa que visa à conformação do agente e do seu processo de vida. Na verdade, o empreendedorismo seria um desdobramento da autoconstituição do projeto de vida referenciado no planejamento e nas escolhas, estas atravessadas pela flexibilidade.

Ao fim e ao cabo, ambas as obras analisadas possuem muitas semelhanças, apesar dos seus elementos de distinção. Significar o “projeto de vida” enquanto uma estratégia racional e calculada de planejamento dotado de flexibilidade permite aqui a busca do alcance de uma dupla promessa do sujeito neoliberal: o conhecimento/a compreensão de si para se construir “livremente” e, com isso, melhor se esculpir e moldar para escolher, “livremente”, onde, o que e quando irá produzir.

Considerações finais

No cenário social neoliberal atual, onde as normas são o individualismo, a (auto) responsabilização e autonomia (entendida enquanto “autogestão de si”), floresce um novo tipo de sujeito, o neoliberal, ressignificado a partir do *homo faber* anterior. Enquanto sujeito produtor, ele não se confunde e nem coincide com o trabalhador assalariado ou o trabalhador informal, pois ele é objetiva e subjetivamente distinto na forma, já que é dotado de autoconhecimento e planejamento que lhe legam uma capacidade de cálculo e racionalização consonantes ao quadro social mais geral, permitindo que desenvolvam projetos de vida com propósito, produtivos e adaptáveis às variadas oportunidades de negócio que esse cenário socioeconômico flexível e em constante mudança podem oportunizar.

Nesse aspecto, a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) auxilia na institucionalização desse processo, no sentido subjetividade-estrutura social, ao “inovar” com a criação do dispositivo “projeto de vida” e, subsequentemente, seus livros didáticos. Tomados como fonte de saber e intentando um processo de “conheça-se e faça você mesmo”, essas obras fomentam nos alunos o discurso do empreendedor/empreendedorismo enquanto competência formativa, esta necessária e indispensável para a inserção no mercado de trabalho, este cada vez mais marcado pelo desemprego e pela precarização. Assim, as chances de sobrevivências estão unicamente restritas às atividades “empreendedoras”, que devem ser cultivadas como propósito de vida e profissional, através do planejamento e das escolhas feitas ao longo da

trajetória individual dos alunos. Ou seja, os projetos de vida seriam sinônimos de trajetórias profissionais relacionadas à autoconstrução da subjetividade empreendedora neoliberal.

Nessa trilha, a adição desse material didático aos currículos e práticas de ensino possivelmente aponta para a corroboração do processo estrutural de desconstrução da cidadania salarial e de suas instituições — em prol de uma subjetividade neoliberal — que tornem esses estudantes futuros autoempregados dóceis, acríticos e afinados ao *ethos* de competição, individualismo, concorrência, autorresponsabilização e individualismo que vêm sendo conformado nos horizontes sociais.

Esse processo se opera, a partir do que foi aqui exposto, dos sentidos empregados e desejados do empreendedorismo enquanto um princípio educador, a partir da senda dos “projetos de vida”. Nesse aspecto, identificamos que o “empreendedorismo” é tecido enquanto uma encruzilhada articuladora de todos esses traços e movimentos, desde o processo de autoconhecimento/compreensão, passando pela construção de si e chegando ao propósito/finalidade, que é a constituição do próprio projeto de vida. Daí compreendemos que o “sucesso profissional e de vida” é indissociável da (boa e eficiente) autoconstrução do projeto de vida.

Para tanto, se faz mister seguir as orientações dadas e construir um planejamento, não rígido, mas flexível, e dotado de cálculo e perspicácia para que se constitua uma trajetória bem-sucedida de relações no mundo do trabalho. Dessa maneira, é indispensável as “habilidades e competências” bem esculpidas e adquiridas, sobretudo aquelas de caráter cognitivo e emocional. Em suma, deslinda-se um “empreendedorismo” baseado em uma perspectiva racional, calcada em habilidades e competências habilmente acumuladas e forjadas com propósito e finalidade, que qualifiquem, tornem produtivo, eficiente e eficaz o sujeito.

Assim, para nós, a despeito da manutenção de um ideal e diretrizes que sugerem um egresso dotado de conhecimento científico, crítico, reflexivo e imbuído de um *ethos* de cidadania plena na Reforma, o que observamos agora é o reforço do cultivo de uma lógica de habilidades e competências de caráter neoliberal, voltada à individualização e ao individualismo, autorresponsabilização, competição e concorrência, através da inserção e institucionalização desse perfil de projetos de vida. Portanto, nota-se um caminho oposto ao que vinha sendo delineado até a promulgação da Reforma. Outro ponto importante é que os projetos de vida trazem à formação do discente elementos e saberes que não necessariamente visam ao currículo formal, tal qual os projetos integradores o fazem. Por fim, eles buscam um deslocamento do processo formativo de uma dimensão e dinâmica coletivo-coletivo para uma cada vez mais coletivamente pretendida, mas individualmente realizada.

Por fim, gostaríamos de suscitar alguns pontos sobre este trabalho. Decerto que a amostra aqui mobilizada foi muito restrita e não quantitativamente representativa. Por isso, cremos na necessidade de expandir essas análises e reflexões às demais obras do segmento, visando compreender em caráter mais abrangente e comparativo se o instrumento “projeto de vida” se deslinda a favor da pedagogia de “habilidades e competências neoliberal”, ou se esse é um traço que salta à observação de alguns dos autores aprovados. Dessa forma, desejamos confrontar essas reflexões junto às demais obras, a fim de verificar se de fato essa constatação é transversal ou marginal ao escopo dos projetos de vida do PNL D 2021. Observamos, ainda, a necessidade de olhar para o currículo proposto pela BNCC e, especificamente, para as possibilidades de currículo propostas para os componentes curriculares de “projeto de vida” que estão sendo implementados nas matrizes curriculares, assim como para o edital presente e as edições futuras, para melhor compreender algumas das relações que observamos e deslindamos aqui. Possivelmente, a partir desses esforços, poderemos, em trabalhos futuros, ter uma visão mais robusta e ampliada sobre o fenômeno que por ora só podemos analisar nos termos propostos.

Referências

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático* (pp. 07-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Andrade, D. P. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade & Estado*, 34(1), 211-239.

Assunção, F. (2008). Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo. In *Anais do 5º Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia. <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/407.pdf>

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Bodart, C. das N., & Feijó, F. (2020). Ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. *Revista Espaço do Currículo*, 13(2), 219–234. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>

Brasil. (2017, 16 fevereiro). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e outras. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

Campanha, L. J., Lorenzo, H. C. de, Fonseca, S. A., & Paulillo, L. F. de. O. (2017). Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do MicroEmpreendedor Individual (MEI) no plano local. *Gestão & Produção*, 24(3), 582-594.

Chamayou, G. (2020). *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora.

Danza, H. C., & Silva, M. A. M. da. (2020). *Projeto de vida: construindo o futuro*. São Paulo: Ática.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Dardot, P., Guéguen, H., Laval, C., & Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante.

Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante.

Han, B.-C. (2018). *Psicopolítica — o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.

Harvey, D. (2011). *O neoliberalismo: história e implicações* (2ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo.

Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, (25), 158-198.

Meller, A., & Campos, E. (2020). *Caminhar e construir: projeto de vida*. São Paulo: Saraiva.

Orlandi, E. P. (2007). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos* (7ª ed.). Campinas: Pontes, 2007.

Pochmann, M. (2008). *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo.

Saad Filho, A., & Morais, L. (2018). *Brasil: Neoliberalismo versus Democracia*. São Paulo: Boitempo.

Silva, A. A. da. (2018). No sinuoso trilho do empreendedorismo: financeirização e políticas de ativação do mercado de emprego. *Análise Social*, 4(229), 984-1009.

Valle, G. M. V., Corrêa, V. S., & Reis, R. F. dos. (2014). Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?. *RAC*, 18(3), 311-327.

Vasconcellos, L. H. R., & Delboni, D. P. (2015). Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empresárias no estado de São Paulo. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 4(1), 2015.